



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais 2022/2023
(3.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Processual Penal

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof. Dr. Dr. h.c. Kai Ambos, Judge Kosovo Specialist Chambers – Service Provision Contract As Visiting Professor
Prof. Doutor Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O conteúdo da unidade curricular é preenchido anualmente pelos docentes responsáveis. No presente ano letivo, pretende-se desenvolver um estudo aprofundado do direito penal internacional, que é uma matéria de grande complexidade teórica (até pelas múltiplas conexões com conceitos oriundos de diferentes modelos de pensamento jurídico) e crescente importância prática para o jurista contemporâneo. O conteúdo é, ademais, indicado à composição do curso, com estudantes oriundos de universidades nacionais e estrangeiras.

Conteúdos programáticos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Estrutura Geral

Parte I: Desenvolvimento histórico do direito penal internacional e dos tribunais penais internacionais: de Nuremberga à Haia.

Parte II: Parte geral: Princípios gerais de direito penal internacional.

Parte III: Parte especial: os mais graves crimes internacionais e consequências penais (penas), em especial no Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional (TPI).

Parte IV: O processo penal internacional: em particular as regras de jurisdição e de admissibilidade do TPI e ainda, recursos e cooperação e assistência judiciária.

Temas Específicos

I. Desenvolvimento Histórico do Direito Penal Internacional e dos Tribunais Penais Internacionais: de Nuremberga à Haia

⇒ *Ambos, Kai*, Treatise on International Criminal Law, Vol. I: Foundations and General Part, 2nd ed., 2021, Cap. I.

A importância de Hersch Lauterpacht e Raphael Lemkin para o desenvolvimento do direito penal internacional.

Tribunais mistos ou híbridos na justiça penal internacional: desde o Tribunal Internacional Penal para a antiga Jugoslávia (TPIJ) até às Câmaras Especializadas para o Kosovo (*Kosovo Specialist Chambers – KSC*): semelhanças e diferenças.

As *Special Panels for Serious Crimes* de Timor-Leste e Portugal: Um caso de sucesso ou fracasso?

A investigação e acusação de crimes cometidos no Kosovo entre 1 de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2000 por cidadãos do Kosovo ou da República Federal da Jugoslávia. Haveria alternativas à criação das KSC?

A não aceitação por parte da China do TPI como “Tribunal de Direitos Humanos”.

A investigação e acusação de crimes internacionais na Alemanha e Portugal – análise e comparação.

A crise de autoridade do TPI: O Conselho de Segurança das Nações Unidas como a solução ou o problema?

II. Parte geral: Princípios Gerais de Direito Penal Internacional

⇒ *Ambos, Kai*, Treatise on International Criminal Law, Vol. I: Foundations and General Part, 2nd ed., 2021, Cap. II e seguintes.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O princípio da legalidade penal e os mais graves crimes internacionais.

As fontes de direito penal internacional (em especial Art. 21.º do Estatuto de Roma).

Responsabilidade penal individual no direito penal Internacional. Especial enfoque: artigo 25.º do Estatuto de Roma (possíveis subtemas: domínio da organização/*Organisationsherrschaft*).

A responsabilidade penal Internacional das pessoas coletivas.

Comissão por omissão no direito penal Internacional.

Responsabilidade do superior no direito penal Internacional (em especial Art. 28.º do Estatuto de Roma).

Imputação subjetiva no direito penal Internacional dolo, negligência (em especial Art. 30.º do Estatuto de Roma).

Diferenciação entre causas de exclusão da ilicitude e de justificação no direito penal internacional (possíveis subtemas: Estrutura e classificação das *defenses* no DPI: em especial coação/necessidade – Art. 31.º do Estatuto de Roma).

Os fins das penas no direito penal internacional.

III. Parte Especial: Crimes Internacionais e Consequências jurídicas dos Crimes em Direito Internacional Penal

⇒ *Ambos, Kai*, Treatise on International Criminal Law, Vol. II: The Crimes and Sentencing, 2nd ed., 2022.

Genocídio e *dolus specialis*: a natureza do crime e problemas concretos.

Crimes contra a Humanidade: a natureza do crime, estrutura e problemas concretos.

Crimes de guerra: relação entre o direito internacional humanitário (normas primárias) e a atual codificação.

Crime de agressão: a natureza do crime, estrutura e problemas concretos.

Falsidade de testemunho perante o TPI e respetivas consequências legais.

“Terrorismo” como crime internacional.

“Armas nucleares”: definição, regulação e penalização.

“Armas químicas”: definição, regulação e penalização.

“Dispositivos Explosivos Improvisados” (*Improvised Explosive Devices* – IEDs) em confrontação assimétrica: definição, regulação e penalização.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

“Armas ligeiras e de pequeno calibre”: definição, regulação e penalização.

“Cyberattacks”: definição, regulação e penalização.

Dosimetria da pena em direito penal internacional (*sentencing*).

IV. Processo Penal Internacional

⇒ *Ambos, Kai*, Treatise on International Criminal Law, Vol. III: Procedure, Cooperation, and Implementation, 2016.

Exame preliminar no TPI: a relação entre o órgão de investigação (*Office of the Prosecutor – OTP*) e as Salas.

A discricionariedade do Procurador do TPI.

A confirmação da acusação (*Confirmation Proceedings*).

Prisão preventiva nos tribunais penais internacionais: enfoque no TPI e nas KSC.

Confissões e admissões de culpa no processo penal internacional.

A prova no TPI: estrutura básica e regras.

A informação recolhida através das redes sociais como meio de prova no TPI: vantagens e desvantagens.

O papel dos “intermediários” no TPI.

Juízes no TPI: nomeação, seleção e independência.

A discricionariedade nas decisões de recurso do TPI.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem os princípios gerais de direito penal internacional, os crimes internacionais e as correspondentes penas e, finalmente, o processo penal internacional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método

As aulas seguem um modelo de seminário científico.

As primeiras aulas são distribuídas entre os corregentes, servindo para apresentação do programa e método de ensino (1 aula), escolha de temas pelos alunos e calendarização de pré-apresentações e apresentações (2 aulas) e preleções temáticas (3 aulas).

O Prof. Ambos dará uma aula geral sobre “Ucrânia e DPI”, na qual indicará temas relevantes de pesquisa sobre o direito penal internacional tomando a guerra na Ucrânia como exemplo.

As restantes aulas são preenchidas pelas pré-apresentações e apresentações dos trabalhos dos alunos, seguidas de discussão e crítica por todos.

Há sempre uma aula dedicada ao método de elaboração de relatórios científicos, em data a combinar com os alunos.

II. A avaliação

É sempre realizada a chamada no início de cada aula e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

constitui um elemento de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A avaliação incide no relatório final a apresentar pelos alunos, mas são tomadas em consideração as pré-apresentações e apresentações orais e escritas dos relatórios ao longo do ano letivo.

Também é avaliada a participação oral espontânea dos alunos durante as aulas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O modelo de seminário científico é o mais adequado ao aprofundamento dos temas, desde que haja um menor denominador comum que fomente em todos os alunos o interesse e a participação oral nas aulas. No presente curso, o direito penal internacional constitui o menor denominador comum.

Bibliografia principal

Ambos, Kai

The Rome Statute of the International Criminal Court, Beck/Hart/Nomos, München/Oxford/Baden-Baden, 4th Ed. 2022.

Ambos, Kai

Treatise on International Criminal Law, Oxford University Press, Oxford/ New York.

Vol. I: Foundations and General Part, 2nd ed., 2021.

Vol. II: The Crimes and Sentencing, 2nd ed. 2022.

Vol. III: Procedure, Cooperation, and Implementation, 2016.

Ambos, Kai/Velásquez Velásquez, Fernando (coords.)

El caso BEMBA y la responsabilidad del mando. Comentarios y traducción de la sentencia de apelación, Tirant Lo Blanch, Valencia, 2021.

Ambos, Kai/Palma, Maria Fernanda/Silva Dias, Augusto/de Sousa Mendes, Paulo (coords.)

Direito Penal Internacional, TPI e a perspectiva da África de Língua Oficial Portuguesa, INCM, Lisboa, 2015.

Amati, Enrico/Costi, Matteo/Fronza, Emanuela/Lobba, Paolo/Maculan, Elena/Valinni, Antonio (eds.)

Introduzione al Diritto Penale Internazionale, Giappichelli, Torino, 4th ed. 2020.

Bassiouni, Cherif M.

Introduction to International Criminal Law, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, 2nd ed., 2014.

Cryer, Robert/Robinson, Darryl/Vasiliev, Sergey

An Introduction to International Criminal Law and Procedure, Cambridge University Press, Cambridge, 4th ed., 2019.

Cullen, Holly/Kastner, Philipp/Richmond, Sean (eds.)

The Politics of International Criminal Law, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden/Boston, 2021.

Ferreira de Almeida, Francisco António de Macedo Lucas,

Os Crimes Contra a Humanidade no Atual Direito Internacional Penal, Almedina, Coimbra, 2009.

Fernandez, Julian/Pacreau, Xavier/Ubéda-Saillard, Muriel (eds.)

Statut de Rome de la Cour pénale internationale, Editions A.Pedone, Paris, 2nd ed. 2019.

Gaeta, Paola/Vinuales, Jorge E./Zappalà, Salvatore

Cassese's International Criminal Law, 3rd ed., Oxford University Press, Oxford, 2013.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Gil Gil, Alicia/ Maculan, Elena (eds.)

Derecho Penal Internacional, Dykinson, Madrid, 2nd ed., 2019.

de Hemptinne, Jérôme/ Roth, Robert/ van Sliedreg, Elies

Modes of Liability in International Criminal Law, Cambridge University Press, Cambridge, 2019.

Khan, Karim A /Dixon, Rodney/ Fulford, Adrian (Sir)

Archbold: International Criminal Courts, Practice, Procedure and Evidence, Sweet & Maxwell, London, 5th ed., 2018.

Klamberg, Mark (ed.)

Commentary on the Law of the International Criminal Court, Torkel Opsahl, 2017.

Disponível em: <https://www.legal-tools.org/doc/aa0e2b/pdf/>

Mettraux, Guénaël

International Crimes: Law and Practice. Vol. I: Genocide, Oxford University Press, Oxford, 2019.

Mettraux, Guénaël

International Crimes: Law and Practice. Vol. II: Crimes against Humanity, Oxford University Press, Oxford, 2020.

Moreira, Vital/Riquito, Ana Luísa/Caeiro, Pedro/Assunção, Leonor,

O Tribunal Penal Internacional e a Ordem Jurídica Portuguesa, Coimbra Editora, Coimbra, 2004.

O'Keefe, Roger

International Criminal Law, Oxford University Press, Oxford, 2015.

Safferling, Christoph

International Criminal Procedure, Oxford University Press, Oxford, 2012.

Schabas, William A.

The International Criminal Court, Oxford University Press, Oxford, 2nd ed., 2016.

Schabas, William A.

Genocide in International Law, Cambridge University Press, Cambridge, 2nd ed., 2009.

Silva Miguel, João/Pinto de Albuquerque,

O Tribunal Penal Internacional e a Transformação do Direito Internacional (Direito e Justiça – Volume Especial), Universidade Católica, Lisboa, 2006.

van Sliedreg, Elies

Individual Criminal Responsibility in International Law, Oxford University Press, Oxford, 2012.

Stahn, Carsten

A critical Introduction to International Criminal Law, Cambridge University Press, Cambridge, 2018.

Stahn, Carsten (ed.)

The Law and Practice of the International Criminal Court, Oxford University Press, Oxford, 2015.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Werle, Gerhard/Jeßberger, Florian

Principles of International Criminal Law, Oxford University Press, Oxford, 4th ed., 2020.

Zahar, Alexander/Sluiter, Göran

International Criminal Law: A critical Introduction, Oxford University Press, Oxford, 2007.

Websites de Referência

Pesquisa de documentos e decisões do Tribunal Militar Internacional de Nuremberga:

https://avalon.law.yale.edu/subject_menus/imt.asp

Pesquisa de documentos e decisões do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente:

<http://imtfe.law.virginia.edu/collections/tavener>;

https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.3_1946%20Tokyo%20Charter.pdf

Tribunal Penal Internacional: <https://www.icc-cpi.int>

Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia: <https://www.icty.org>

Tribunal Penal Internacional para o Ruanda: <https://unictr.irmct.org>

Mecanismo Residual Internacional para os tribunais Penais: <https://www.irmct.org/en>

Tribunal Especial para Serra Leoa: <http://www.rscsl.org>

Tribunal Especial para o Líbano: <https://www.stl-tsl.org/en>

Câmaras Extraordinárias no Tribunal do Camboja: <https://www.eccc.gov.kh/en>

Kosovo Specialist Chambers and Specialist Prosecutor's Office: <https://www.scp-ks.org/en>

Tribunal Internacional de Justiça: <https://www.icj-cij.org/en>

Pesquisa de legislação portuguesa: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php

Pesquisa de decisões judiciais de tribunais internacionais: <https://www.legal-tools.org>;
<http://www.internationalcrimesdatabase.org/Home>